

# A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

**Américo Junior Nunes da Silva**  
(Organizador)



# **A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura**

**Américo Junior Nunes da Silva**  
(Organizador)



### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecária**

Janaina Ramos

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Vanessa Mottin de Oliveira Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-531-0

DOI 10.22533/at.ed.310200911

1. Educação. 2. Política. 3. Economia. 4. Ciência e Cultura. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

### Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficiente medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste livro.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, os diminutos recursos destinados, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades.

Nesse ínterim, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que inter cruzam e implicam ao contexto educacional. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros, como os compõe essa obra.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade, de uma forma geral, das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade.

Portanto, as discussões empreendidas neste volume 01 de “***A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam.

Este livro reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, ciências

e tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, política, economia, entre outros.

Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA ATUALIDADE E EDUCAÇÃO POLÍTICA: IMPLICAÇÕES E PERSPECTIVAS CRÍTICAS	
Clésio Aderno da Silva	
Graciela Targino	
Keyla Andrea Santiago Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3102009111</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
UM PROJETO PARA A PROMOÇÃO DA LITERATURA E DOS DIREITOS HUMANOS	
Regina Coeli da Silveira e Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3102009112</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
O CURRÍCULO E A ESCOLA PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO DA POBREZA	
Eliana Cordeiro Curvelo	
Sebastião de Souza Lemes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3102009113</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
INTRODUÇÃO AO MULTICULTURALISMO EM EDUCAÇÃO	
Adelcio Machado dos Santos	
Manoel Leandro Fávero	
Audete Alves dos Santos Caetano	
Suzana Alves de Moraes Franco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3102009114</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>39</b>
A FORMAÇÃO HUMANÍSTICA DO PROFESSOR NOS ASPECTOS QUE TANGEM A INCLUSÃO SOCIAL	
Marlene Ribeiro Martins	
Bruna Fernanda Ananias Souza	
Patrícia Mata Sousa	
Tatiane Cristina Ramos Moscatelli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3102009115</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
FORMAÇÃO MORAL NO CONTEXTO ESCOLAR NA CONTEMPORANEIDADE: DIVERSIDADE CULTURAL, INTERFACES E APROXIMAÇÕES COM OS CONCEITOS DE CAMPO E HABITUS DE PIERRE BOURDIEU	
Sara Bernardes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3102009116</b>	

<b>CAPÍTULO 7.....</b>	<b>66</b>
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LARANJAL PAULISTA - SP	
Izalto Junior Conceição Matos Kátia Regina Zanardo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3102009117</b>	
<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>78</b>
EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O QUE PENSAM OS ALUNOS DE UMA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL	
Marcos Roberto Diniz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3102009118</b>	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>88</b>
DESEMPENHO DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ/MG EM AVALIAÇÃO DE LARGA ESCALA E PERCEPÇÃO DOCENTE: ANÁLISE BASEADA NO PROEB/SIMAVE DE 2011 A 2017	
Larissa Mendes Mateus Luciane da Silva Oliveira Marcos Vinicio Diniz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3102009119</b>	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>102</b>
O PROJETO RECEPÇÃO CIDADÃ: ACOLHIDA DE ESTUDANTES INGRESSANTES DO IFTM – CAMPUS UBERLÂNDIA	
Gabriel Ferreira Barcelos Anna Clara Pereira Machado Nísia Maria Teresa Salles Márcia Lopes Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31020091110</b>	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>107</b>
RELAÇÕES VERDES: DA PRÁTICA À CONSCIÊNCIA AMBIENTAL	
Ana Paula Gorski Cesar Beatriz Lorenzi Wisbeck	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31020091111</b>	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>120</b>
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL X FORMAÇÃO HUMANA: PROCESSO DE DISPUTA OU COMPLEMENTAÇÃO DE SABERES?	
Elza Magela Diniz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31020091112</b>	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>134</b>
O RECURSO LINGUÍSTICO DAS GÍRIAS UTILIZADO PELOS ADOLESCENTES E/OU JOVENS QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO	
Fernando Miranda Arraz	

**CAPÍTULO 14..... 149**

A AGROECOLOGIA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À AGRICULTURA CONVENCIONAL NO ASSENTAMENTO TERRA À VISTA, SUL DO ESTADO DA BAHIA

Adenilson Alves Cruz

Rosana Mara Chaves Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.31020091114

**CAPÍTULO 15..... 157**

PISO SALARIAL DOCENTE NO ESTADO DE MATO GROSSO SUL: APROXIMAÇÕES E PERSPECTIVAS

Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra

Danielli Araujo Jarcem

DOI 10.22533/at.ed.31020091115

**CAPÍTULO 16..... 170**

EDUCAR PARA O CUIDADO DE SI E PARA VIVER A *PARRHESÍA*

Wagner Gomes Sebastião

Carlos Roberto da Silveira

DOI 10.22533/at.ed.31020091116

**CAPÍTULO 17..... 179**

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO COMBATE À DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Emilly Alencar Pereira

Elenir da Silva Marques

Joelma Gomes Pereira

Mariane da Silva Costa

Richard Sebastião Silva das Neves

Flaviany Aparecida Piccoli Fontoura

Claudia Janayna Carollo

DOI 10.22533/at.ed.31020091117

**CAPÍTULO 18..... 183**

EVASÃO ESCOLAR E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Shana Krindges

Elisete Gomes Natário

DOI 10.22533/at.ed.31020091118

**CAPÍTULO 19..... 195**

A CRIANÇA E O NOVO CAMPO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Gisele Brandelero Camargo

Ana Luiza Santos

Ana Marcela Taques Glonek

Joseane Schoab Giebeluka

DOI 10.22533/at.ed.31020091119

**CAPÍTULO 20.....211**

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DISCURSO: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE QUALIFICAÇÃO DOCENTE NA CIDADE DE RIO BRANCO – ACRE**

José Eliziário de Moura  
Erlande D'Ávila do Nascimento  
Paulo Eduardo Ferlini Teixeira  
Uthant Benicio de Paiva

**DOI 10.22533/at.ed.31020091120**

**CAPÍTULO 21..... 226**

**PROJETO MALALA: UMA VOZ PELA EDUCAÇÃO**

Patricia Batista Schunk  
Sueli Marques de Souza Velloso

**DOI 10.22533/at.ed.31020091121**

**CAPÍTULO 22..... 238**

**HORTA ORGÂNICA EM ESCOLA MUNICIPAL COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

José Carlos Pina  
Luiz Antonio Higino da Silva  
Ademir Kleber Morbeck de Oliveira  
Rosemay Matias  
Giselle Marques de Araújo  
João Paulo Abdo  
Talita Cuenca Pina Moreira Ramos

**DOI 10.22533/at.ed.31020091122**

**CAPÍTULO 23..... 251**

**FATORES DE DESISTÊNCIA NA ESCOLA: ALUNOS DE UM CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO**

Hélio Fritz Kiessling  
Júlio Gomes de Almeida  
Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz

**DOI 10.22533/at.ed.31020091123**

**CAPÍTULO 24..... 259**

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A SUA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E PROFISSIONAL**

Karina Franco  
Claudia Almeida Scariot  
Géssica Fiabane  
Priscilla Christina Franco

**DOI 10.22533/at.ed.31020091124**

**CAPÍTULO 25..... 268**

**JUVENTUDE, CULTURA E IDENTIDADE: APROPRIAÇÃO SIMBÓLICA DE**

**CAPITAL CULTURAL**

José Franco de Azevedo

Sônia Pinto de Albuquerque Melo

**DOI 10.22533/at.ed.31020091125**

**CAPÍTULO 26..... 284**

**UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO ESCOLAR E A HISTÓRIA DE VIDA DE JOVENS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Rafaela Furtado Queiroz

Maria de Jesus Campos de Souza Belém

**DOI 10.22533/at.ed.31020091126**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 298**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 299**



# CAPÍTULO 12

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL X FORMAÇÃO HUMANA: PROCESSO DE DISPUTA OU COMPLEMENTAÇÃO DE SABERES?

*Data de aceite: 03/11/2020*

**Elza Magela Diniz**

Universidade Estadual de Minas Gerais  
FAE/UEMG

**RESUMO:** Com este estudo pretende-se abordar um breve relato dos períodos históricos vivenciados pelo país e sua relação direta com a Educação Profissional. O histórico dessa modalidade de ensino nasce com o propósito de formar mão de obra para atender as elites, utilizando-se dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, surgindo aí nossa raiz histórica do “dualismo escolar”. Percorremos o caminho ligado às tentativas de superação deste dualismo, da necessidade de formação de força de trabalho para atendimento às indústrias e, por assim dizer, ao capital. Esta análise será baseada nos documentos e autores encontrados, separando os dados por dois períodos históricos assim distribuídos: da Colônia à República e de Vargas ao Pós Militarismo. Por fim, discutiremos com base em autores, os valores implícitos na formação humana, percebendo que este não é um processo institucional ou instrucional, esta formação vai além da escolha por um saber intelectual ou um saber profissional. Pretendemos aqui, problematizar e discutir a evolução da Educação Profissional no Brasil e os reflexos sobre a Formação Humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dualismo Escolar; Formação Humana; e Formação Profissional.

**ABSTRACT:** With this study it is intended to address a brief report of the historical periods experienced by the country and its direct relation with the Professional Education. The history of this teaching modality is born with the purpose of forming manpower to serve the elites, using individuals in a situation of social vulnerability, thus emerging our historical root of “school dualism”. We followed the path linked to attempts to overcome this dualism, the need to train the workforce to serve the industries and, so to speak, to capital. This analysis will be based on the documents and authors found, separating the data by two historical periods distributed as follows: from Colony to the Republic and from Vargas to Post Militarism. Finally, we will discuss based on authors, the implicit values in human formation, realizing that this is not an institutional or instructional process, this formation goes beyond the choice for an intellectual or a professional knowledge. We intend here, to problematize and discuss the evolution of the Professional Education in Brazil and its reflexes on the Human Formation.

**KEYWORDS:** School Dualism; Human Formation; and Professional Formation.

### 1 | INTRODUÇÃO

Atualmente a Educação Profissional no Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) “integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação a as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. A Educação profissional apresenta-

se nas modalidades técnicas: Integrado, concomitante e subsequente, ambas com objetivo de formação técnica de nível médio.

Pretendemos aqui, problematizar e discutir a evolução da Educação Profissional no Brasil e os reflexos sobre a Formação Humana. Para tal, precisamos compreender o sentido de trabalho como princípio educativo e entender que isto não é sinônimo de formar para o exercício de uma profissão e, muito menos, de aprender pela simples repetição. O trabalho como princípio educativo, pressupõe uma construção histórico-social, que incorpora valores éticos, políticos, econômicos, sociais, históricos e científicos.

É necessário compreendermos o trabalho em seu duplo sentido: o ontológico, como práxis humana e pelo qual o homem produz sua existência e relação com a natureza; e o histórico, que ganha nova roupagem com o sistema capitalista, onde assume a forma econômica ou assalariada (SAVIANI, 2007).

Por outro lado encontramos o outro atributo que a Educação se propõe a oferecer: preparar indivíduos para o exercício da cidadania. O homem ao nascer possui direitos inatos e inalienáveis como: direito a vida, à liberdade, à propriedade e a busca da felicidade. A Formação Humana pressupõe que, este sujeito, deve se apropriar dos conhecimentos necessários para “definir o seu caminhar durante sua vida” (RODRIGUES, 2001, p. 242).

Entendendo que Educação e Trabalho são atributos do homem, queremos confrontar esta educação para atender a necessidade de sobrevivência, na busca por uma profissão e mercado de trabalho, e esta educação que pretende transmitir ao homem os conhecimentos e habilidades necessários para que ele possa administrar o seu caminhar e formar-se como um ser “integral”, e não um ser fragmentado que domina apenas o intelecto ou o profissional.

Para isto iremos fazer uma trajetória da construção histórica da Educação Profissional no Brasil e em seguida discutiremos o que diz a Formação Humana sobre os vieses de trabalho e educação.

## **2 I BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**

Para estudarmos a Educação Profissional no Brasil, temos que traçar sua trajetória ao longo dos anos, com práticas voltadas para atender a um jogo de interesses pessoais, políticos partidários e do capital, deixando de lado a formação do “cidadão”.

De acordo com o documento *Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*, a educação profissional, em termos universais e especificamente no Brasil,

“reveste-se cada vez mais de importância como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica” (BRASIL, 2004, p.7).

Conforme este documento “a questão fundamental da educação profissional e tecnológica envolve necessariamente o estreito vínculo com o contexto maior da educação, circunscrita aos caminhos percorridos por nossa sociedade”, (BRASIL, 2004, p.9). Portanto consideramos importante ressaltar alguns aspectos que envolveram esta modalidade de ensino ao longo da história da Educação em nosso país.

## **2.1 A Educação Profissional: da Colônia à República**

A História da Educação Profissional no Brasil, de acordo com Manfredi (2002), iniciou-se com a chegada dos portugueses incorporando “saberes” e “fazeres” no processo que envolvia “múltiplas atividades da vida em comunidade dos povos indígenas” (MANFREDI, 2002 p. 67). Para esta autora, o que ocorria no interior das tribos, enquanto práticas educativas, era a fusão de preparo para o trabalho com práticas de socialização.

Caires esclarece que em 1549, com a chegada da Companhia de Jesus no Brasil,

O ensino ministrado pelos jesuítas, de caráter clássico, intelectual e humanista, era reservado à formação dos filhos dos colonizadores, de modo a instruir a camada mais elevada da sociedade e mantê-la afastada de qualquer trabalho físico ou profissão manual. (CAIRES, 2016, p. 53).

Percebemos aí a divisão da escola entre classes sociais, onde o saber acadêmico era destinado às classes dominantes, restando aos pobres, escravos e indígenas, a aprendizagem de artes e ofícios. Cordão (2006), também nos chama atenção para o nascimento da nossa dualidade educacional,

Esse dualismo é fruto de nossa herança colonial e escravista, que influenciou negativamente, de forma preconceituosa, as relações sociais entre as chamadas “elites condutoras” e os operários, em especial aqueles que executam trabalhos manuais. Essa visão de sociedade influenciou decisivamente a visão da educação profissional (CORDÃO, 2006, p. 49).

Corroborando com esta visão Silva (2013, p. 71), afirma que “a escravidão perdurou aqui por mais de três séculos e deixou marcas na história brasileira”. Portanto, até 1808 não houve progresso no tocante a Educação Profissional no Brasil. Esta realidade se altera com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, com a vinda de D. João VI e a família real, o sistema de ensino se ampliou e ganhou certa

qualidade.

Ao se referir à chegada da família real ao Brasil, Caires (2016) afirma que “foi um marco histórico para promoção de mudanças políticas, sociais, econômicas, culturais e educacionais que vieram a ocorrer após 1808” (CAIRES, 2016, p. 55). Em 1809 foi instalado no Brasil o Colégio das Fábricas, configurando-se aí os primeiros indícios do que hoje se caracteriza como Educação Profissional no país (BRASIL, 1999). O ensino profissionalizante no Brasil, de acordo com Cordão (2005) possuía um caráter meramente assistencialista, com o objetivo de atender crianças pobres, órfãos e desvalidos.

De 1840 a 1850, foram criadas as “casas de educandos artífices”, que ofereciam instrução primária e ensino de alguns ofícios para crianças e jovens em situação de mendicância. Isto ocorreu, pois a oferta de educação para o trabalho estava articulada a uma perspectiva assistencialista e tinha o propósito de retirar o jovem do ócio e da criminalidade. Essas casas, fundadas por dez governos provincianos e mantidas pelo Estado, figuravam mais como “obras de caridade”, do que “obras de instrução popular” (MANFREDI, 2002, p. 77).

Em 1875, foi inaugurado o “Asilo de Meninos Desvalidos”. Souza (2008, p. 20) relata que a instituição foi criada para “abrigar crianças tidas como ‘desvalidas’, seja por iniciativas de particulares, religiosos e mesmo por iniciativas do Estado”. Segundo Manfredi,

Crianças e jovens em estado de mendicância eram encaminhadas para essas casas, onde recebiam instrução primária [...] e aprendiam alguns dos seguintes ofícios: tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria etc. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com a dupla finalidade de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio que lhe era entregue no final do triênio. (MANFREDI, 2002, p. 76-77).

Desta forma, ainda percebe-se o caráter assistencialista e dualista na educação profissional. De 1889 a 1930, período denominado Primeira Republica, “emerge uma rede de escolas mantidas pelo Estado e por outras entidades da sociedade civil, dentre as quais a igreja católica” (MOREIRA, 2013 p. 185). Desde então a educação profissional passa a um novo formato: “ela passa a ser direcionada não apenas para os ‘desafortunados’, mas também para as pessoas que pertenciam aos ‘setores populares urbanos’ e que ‘iriam se transformar em trabalhadores assalariados’” (MANFREDI, 2002, p. 79-80). Com relação a este período Manfredi descreve:

Durante o período chamado Primeira Republica, que vai da proclamação da Republica, até os anos 30, o sistema educacional escolar e a Educação Profissional ganharam nova configuração. As

poucas e acanhadas instituições dedicadas ao ensino compulsório de ofícios artesanais e manufatureiros cederam lugar a verdadeiras redes de escolas, por iniciativa de governos estaduais, do governo federal e de outros protagonistas: a Igreja Católica, trabalhadores organizados em associações, [...] e membros da elite cafeeira (MANFREDI, 2002, p. 79–80).

Em 1909, o Presidente em exercício, Nilo Peçanha, assina o *Decreto Presidencial n. 7.566 de 23 de setembro de 1909* (BRASIL, 1909). Esse documento “cria 19 escolas federais denominadas *Escolas de Aprendizizes Artífices*” (SILVA 2013 p. 72), estas escolas localizavam-se nas capitais do país (a exceção do Rio de Janeiro). De acordo com Cunha (2000) essas escolas foram criadas para atender interesses políticos, possibilitando a presença do governo em vários pontos do país.

## 2.2 Educação Profissional: de Vargas ao Pós Militarismo

As décadas de 30 e 40 foram marcadas por grandes transformações políticas, econômicas, sociais e educacionais. Neste momento se fortalece a nova burguesia industrial em substituição das oligarquias cafeeiras e isto vai demandar uma configuração de “uma nova estrutura, baseada nas exigências da incipiente industrialização, modernização, urbanização e capitalismo liberal” (SILVA, 2013 p. 72).

Em 1932, surge o *Movimento dos Pioneiros da Educação Nova*,

O objetivo básico dessa proposta era instituir uma escola com sentido e orientação bem como por fim à dicotomia vigente. Segundo Rosa (2008), o movimento da Escola Nova defendia a escola secundária unificada com conteúdos formadores ao trabalho e ao intelecto, democrática, laica e pública. SILVA (2013, p. 73).

Neste contexto, foram elaborados diversos Decretos-Lei, que ficaram conhecidos como Leis Orgânicas da Educação Nacional – a Reforma Capanema, em função do nome do então ministro da educação, Gustavo Capanema (SILVA, 2013). Ainda de acordo com Silva (2013),

Essas leis estruturavam o ensino desde o curso primário, com duração de quatro a cinco anos, o ensino ginásial e segundo ciclo (técnico) em nível do secundário. Quem cursasse o primário, ginásial e superior, sem instrução profissionalizante, poderia concorrer a qualquer curso superior.[...] É nesse período que as Escolas de Aprendizizes e Artífices se transformam em Escolas Técnicas Federais com a Lei Orgânica do ensino Industrial de 1942. (SILVA, 2013, p. 74)

A educação passa a ter, em especial a educação profissional, uma maior importância no país e foram definidas Leis específicas para formação profissional em cada ramo da economia. Entretanto isto ainda não foi suficiente para acabar com a dualidade na educação.

Somente em 1959 as escolas técnicas federais foram configuradas como autarquias (PACHECO; REZENDE, 2009). O ensino médio não apresentou mudanças significativas por parte do governo federal, até 1961, “mantendo-se praticamente a mesma configuração do Estado Novo” (SILVA, 2013 p. 74).

Em 1961, entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 4024 de 1961. Só então “é que se manifesta, pela primeira vez, no Brasil, a articulação completa entre os ramos secundários, médios e profissionais, através do sistema de equivalência” (SILVA, 2013 p. 74). Isto possibilitou que independente da formação, o aluno poderia escolher o curso superior que preferisse.

Durante o período militar, a educação passa a ser instrumento para fornecimento de recursos humanos para a economia. Com a aprovação da Lei 5.692/71, o ensino médio passou a ser obrigatoriamente profissionalizante. Os investimentos em educação eram meramente econômicos e visavam atender ao capital. Para Silva (2013),

O Conselho Federal de Ensino, através do Parecer nº 45 de 1972, relacionou 130 habilitações técnicas que poderiam ser adotadas pela escola para seus respectivos cursos profissionalizante, algo impraticável.[...] não foram mobilizados recursos humanos e materiais para transformar toda a rede de ensino nacional em uma rede profissionalizante. (SILVA, 2013 p. 76).

Ao final dos anos 80, este processo de profissionalização vai se desvanecendo, e assim persiste até a aprovação da Nova LDB. Ocorrendo neste período um desenvolvimento das escolas particulares em detrimento à escola pública.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9.394/96, surgiu após o encerramento do período ditatorial e, tanto a LDB quanto a Constituição de 1988, mantinham a polemica de conflitos entre os que defendiam a escola pública, laica e de qualidade para todos e aqueles que defendiam a necessidade de reduzir custos governamentais. Prevaleceu a lógica do mercado, dando total liberdade para as escolas particulares atuarem em todos os níveis da educação (BRASIL, 2007).

O Decreto 2.208/97 e a Portaria 646/97, no governo Fernando Henrique Cardoso, revelam o contexto neoliberal mundial e “é marcado pela atuação do *Estado Mínimo*, ou seja, o Estado atua na economia e nas políticas de forma menor, sem realizar grandes interferências” (SILVA, 2013, p. 78). De acordo com Oliveira (2005) *apud* Silva (2013),

A reforma do ensino médio técnico, realizada através do Decreto nº 2208/97, configurou uma nova institucionalidade para a educação profissional, tornando mais nítida a separação entre a formação geral e a formação tecnológica (OLIVEIRA (2005) *apud* SILVA (2013, p. 78).

Diversas escolas técnicas e agrotécnicas federais tornaram-se CEFETs

ao longo da década de 90, mas em 1998, o governo federal proíbe a construção de novas escolas federais, permanecendo assim até o ano de 2005. Em 2004, após sete anos de uma série de atos normativos que direcionavam as instituições mencionadas para a oferta também de cursos superiores, iniciou-se a reorientação das políticas federais para a educação profissional e tecnológica, com a retomada da possibilidade de oferta de cursos técnicos integrados com o ensino médio (PACHECO, REZENDE, 2009).

Em 2005, antes da ampla expansão da Rede Federal de Educação Profissional, esta contava com 144 unidades distribuídas entre centros de educação tecnológica e suas unidades de ensino descentralizadas, uma universidade tecnológica e seus campi, escolas agrotécnicas e escolas técnicas vinculadas a universidades federais, além do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro (PACHECO; REZENDE, 2009). Conforme descreve Silva (2013),

As políticas destinadas ao ensino profissionalizante no governo Lula, período de 2003 a 2010, indicaram o estímulo ao ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre a formação geral e a educação profissional. (SILVA, 2013, p. 80)

Com a promulgação da Lei *11.892 de 29 de dezembro de 2008*, (BRASIL, 2008), pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma grande reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, surgindo um novo modelo de instituição, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2016).

Pereira afirma que,

O surgimento dos Institutos Federais estabelece vínculo com a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos centrais nas atuais políticas e assumidos como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem, daí a imprescindibilidade do fortalecimento das ações e das instituições públicas. [...] o papel que está previsto para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é o de garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma Educação Profissional e Tecnológica como instrumento social (PEREIRA, 2008, p. 1-3).

De 1909 até o ano de 2016, o processo de expansão da Rede Federal alcançou 644 unidades em 568 cidades brasileiras, ampliando a capacidade de atendimento à população brasileira. (BRASIL, 2016). Conforme Silva (2013, p. 81), “essa rede federal tem participação reduzida no total nacional de estabelecimentos

desse tipo de ensino”, isto nos mostra que ainda são grandes os desafios a serem enfrentados por esta modalidade de ensino.

### **3 I A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SEU DIÁLOGO COM A FORMAÇÃO HUMANA**

A Educação é uma importante ferramenta social e desde surgimento, tem adaptado-se aos tempos históricos-sociais, visando a formação integral do ser humano. De acordo com Freire (1999) a Educação é vista como um importante meio de transformação social, “necessitamos de uma educação para decisão, para responsabilidade social e política”, de uma educação que “possibilite ao homem uma discussão corajosa de sua problemática”. Esta educação deve possibilitar a visão do homem “no mundo e com o mundo”. Conforme Rodrigues (2001):

Ao definir os atributos do ato educativo como o de preparar os indivíduos para a vida social, institui-se um parâmetro universal sobre os fins da Educação. E esse parâmetro pode ser expresso em um outro discurso paralelo e a ele correspondente: o de formar os indivíduos para o exercício da Cidadania. (RODRIGUES, 2001, pag. 234).

Para este autor, a educação “é um processo regular desenvolvido em todas as sociedades humana” (RODRIGUES, 2001, pag. 238), o seu objetivo principal é preparar os sujeitos para a vida coletiva e para reprodução de condições da existência. E salienta a hipótese a seguir:

A aquisição de conhecimento e a sua utilização prática na forma de habilidades tornaram-se, ao longo dos últimos dois séculos, nos fins e meios para todas as atividades educacionais nas sociedades modernas e constituem em instrumentos fundamentais a serem possuídos por cada indivíduo na sociedade. O modo de aquisição e de distribuição desses conhecimentos e habilidades se constituiu em paradigma que organiza todos os processos educativos, e estabelece o grau de responsabilidade para sua implementação por parte do poder público ou da iniciativa privada, nos planos individuais e coletivos, particulares e universais. No interior desse paradigma, as ideias de Educação e de Educação Escolar se fundem e estabelecem limites conceituais sobre os quais se constroem os discursos reflexivos sobre os conteúdos da Educação, bem como sobre objetivos e os meios das políticas educacionais. (RODRIGUES, 2001, pag. 235).

Esta hipótese levantada pelo autor, explica o sentido de articulação entre os saberes para construção do Cidadão. A educação humanística e profissional deve alinhar a centralidade do trabalho ao sentido emancipatório e participativo na construção da sociedade. As interpretações das relações de educação e trabalho são inúmeras. Empregar a educação profissional para atender ao interesse do capital é trazer uma falsa interpretação de segurança:



O trabalho, nesta perspectiva, não se reduz a "fator", mas é por excelência, a forma mediante a qual o homem produz suas condições de existência, a história, o mundo propriamente humano, ou seja, o próprio ser humano. [...] A educação também não é reduzida a fator, mas é concebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais, sendo ela mesma forma específica de relações sociais. O sujeito dos processos educativos aqui é o homem e suas múltiplas e históricas necessidades (material, biológica, psíquicas, afetivas, lúdicas). (FRIGOTTO, 1996, p. 31).

A educação profissional desde o seu início, esteve ligada a formação de mão de obra e superar este caráter discriminatório é um desafio. A lógica do capital, o contexto político, econômico e cultural, os avanços tecnológicos e científicos, são fatores que interferem diretamente na relação educação e trabalho. Nesse contexto, Gomes e Marins destacam que:

O trabalho passou a ser visto como uma dimensão ampla, em que a triangulação educação, conhecimento e trabalho potencializa o indivíduo a transformar a si e ao ambiente em que vive. Por outro lado, a relação trabalho e educação resultou na distribuição desigual do saber, e que criou novas divisões sociais e do próprio trabalho, ampliando-se a preparar pessoas tecnicamente aptas para assumir posições de alta hierarquia, superando funções intelectuais e instrumentais. (GOMES; MARINS, 2012, p.15).

A superação do dualismo é extremamente difícil de ocorrer, em função de sua construção histórica no país. Cordão (2008), afirma que a educação profissional era vista como desnecessária e, depois, como assistencialista, ao preparar operários, a partir de "desvalidos da sorte", para o trabalho. Freire (1999, p.38), alerta que "as condições estruturais de nossa colonização não nos foram favoráveis, o Brasil cresceu dentro de condições negativas e democraticamente, enraizadas em complexos culturais". Para Freire (1999),

O grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a "abertura" de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica. (FREIRE, 1999, p. 56)

Para Freire (1992), a prática política que se funde em uma concepção mecanicista e histórica, nunca contribuiu para minimizar a desumanização do homem. Para o autor "o sonho é assim, uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos refaz" (FREIRE, 1999, p. 85). Ele salienta que a educação deveria ser encarada como geradora do homem.

Freire (2001) alerta que todo o processo educativo é um ato político e para isso é preciso compreender a luta de classes, a demarcação de espaços e dos

conteúdos da educação para assumir sua politicidade e não ter a escola como um espaço neutro, em que os alunos são vistos como aprendizes e seres acabados.

Rodrigues (2001) nos fala que a educação cumpre seu papel ao dotar o educando de instrumentos que lhe são necessários e pertinentes, isto possibilita a apreensão de conhecimentos e habilidades para situar-se como sujeito histórico, trabalhador e cidadão ativo na participação da vida privada e coletiva. E segue:

...educar compreende acionar os meios intelectuais de cada educando para que ele seja capaz de assumir o pleno uso de suas potencialidade físicas, intelectuais e morais para conduzir a continuidade de sua própria formação. (RODRIGUES, 2001, p. 241).

Neste sentido a educação ganha caráter de totalidade, abarcando as dimensões físicas e intelectuais do educando. “Por isso, educar implica retirar do individuo tudo que o confina nos limites da Natureza e dar a ele uma outra conformação, só possível na vida social” (RODRIGUES, 2001, p. 243). Para ele, educar integralmente significa possibilitar a assimilação de três planos: reconhecimento de mundo, apropriação da cultura e vivencia coletiva.

Freire (1979) corrobora que a educação das massas traz mudanças e libertação, desde que desnuda de roupagem alienada e alienante, e da escolha de uma educação para domesticação, ao invés de uma educação libertadora, “o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens” (FREIRE, 1979, 25). Conscientizar-se é tomar posse da realidade. Sendo assim, “a vocação do homem é a de ser sujeito e não objeto” (FREIRE, 1979, 28).

Uma educação que desenvolve a tomada de consciência e a criticidade, liberta ao invés de submeter, domesticar e adaptar, como acontece em muitos países do mundo. Esta educação deve permitir “que o sujeito se construa como pessoa, transformando o mundo e estabelecendo com os outros sujeitos relações de reciprocidade, fazendo cultura e história” (FREIRE, 1979, p. 16).

#### **4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação profissional evoluiu gradativamente no Brasil. Essa evolução perpassa por momentos históricos do país, iniciando com os povos nativos. Naquela época, as práticas de aprendizagem se davam pela observação e participação, passando pelo ensino jesuíta no Brasil Colonial e pela constituição dos aparelhos escolares, das casas de artífices e dos liceus de artes e ofícios.

O período republicano defendeu a concepção de um ensino profissional com características assistencialistas. A ideia de progresso era fator decisivo para superação do atraso que o país se encontrava. O processo migratório para as cidades e a incapacidade de absorver toda mão de obra disponível no mercado

urbano era visto pelas autoridades como uma ameaça a ordem das cidades.

Com o Manifesto dos Pioneiros, em 1932, as discussões sobre a escola pública, foi dada maior ênfase a medidas que apontassem para a organização de cursos acadêmicos e profissionais dentro de um mesmo estabelecimento, procurando combater o dualismo entre ensino propedêutico e ensino profissional. Mesmo assim, o ensino profissional não conseguiu eliminar as interpretações de que era destinado aos “menos favorecidos”.

A Constituição de 1934 determinou que cabia à União a responsabilidade em traçar diretrizes educacionais para todo o território nacional. Neste período, testemunhou-se uma expansão industrial no Brasil. O ensino técnico industrial passou a fazer parte dos debates nacionais como elemento importante na defesa da indústria brasileira, que começava a se consolidar e, conseqüentemente, a formalização das relações de trabalho e de atividades sindicais.

No governo Fernando Henrique Cardoso, a educação foi reduzida a seu Estado Mínimo, esta perspectiva reducionista foi baseada em contenção de gastos por parte do poder público, o que acabou por possibilitar um amplo desenvolvimento da educação em todos os níveis pelas escolas da rede particular de ensino.

Permanecia aí enraizado o dualismo, originário em nossas raízes históricas desde o período colonial, onde aos menos favorecidos cabia apenas o trabalho que exigia força física e aos poderosos, o saber intelectual.

Com o Governo Lula, o ensino profissional ganha nova roupagem. Assim visto como parte integrante da formação do indivíduo, a formação integral passa a ser vista como fundamental na superação das desigualdades sociais presentes no país. Houve grande expansão da Rede Federal, possibilitando que a escola pública estivesse acessível a todos os estados brasileiros, atingindo cidades onde, até então, o acesso era praticamente nulo.

Houve um salto enorme na questão de atendimento aos jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, mas ainda não o suficiente para solucionar o problema da educação profissional no país. O ingresso desta parcela da população, na escola pública, ainda passa por dificuldades que vão desde o acesso com os processos seletivos até a permanência e êxito destes alunos.

A educação profissional tem sido pouco discutida nos meios acadêmicos, o que não permite que tenhamos amplo conhecimento dos problemas enfrentados nesta modalidade. É uma área que carece de estudos para que possamos identificar os gargalos e trabalhar com políticas públicas que realmente consigam superar o dualismo existente e a escola possa ser o espaço de absorção de conhecimentos profissionais, humanos e, sobretudo, de cidadania.

Com base nos dados encontrados, podemos perceber que a educação profissional está sendo diretamente influenciada pelo pensamento de cada gestor

publico: por vezes ela assume papel assistencialista, com políticas voltadas para redução do ócio e marginalidade; por vezes assume papel de atender ao sistema econômico, vestida com a roupagem de desenvolvimentismo; e, em outros momentos, assume a roupagem de formação integral, tentando superar a máxima de trabalho intelectual para as elites e trabalho manual para os “desfavorecidos”. Entre estas idas e vindas da educação profissional ainda temos muito que avançar em estudos e, bem como, na criação de políticas públicas que sejam realmente eficazes no combate as desigualdades sociais e regionais em nosso país. A educação profissional não pode ficar à mercê de um pensamento político econômico de governantes, ela precisa se firmar como proposta de governo através da criação de Leis com ampla discussão com a sociedade civil, principal interessado nesta modalidade de ensino.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Presidencial nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. *Crêa nas capitaes dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Diário Oficial da União*, Brasília, 1909. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. *Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro, 1942*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/19371946/Del4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/19371946/De14073.htm) Acesso em: 05 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em: 05 jun.2017

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. *Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União*, Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica*. Brasília, 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf)> Acesso em 05 julho.2017.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 441, de 28 de dezembro de 2007. *Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005, altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União*, Brasília, 28 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. *Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União*, Brasília, 17 jul. 2008. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 dez. 2008. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União*, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. 2016. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

CAIRES, V. G. *Políticas para a Educação Profissional e a articulação entre o Ensino Profissional e o Ensino Médio: estudo comparativo sobre o Ensino Integrado, em uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de Minas Gerais*. 2016. 392 f. (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CORDÃO, F. A. *Educação Profissional: Cidadania e Trabalho. Entrevista concedida a Carlos Roberto Jamil Cury. Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 46 a 55, jan./abr. 2006.

CORDÃO, Francisco Aparecido. A Educação Profissional no Brasil. PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM EDUCAÇÃO: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO, PUC/SP (Org.). *Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal: Raízes Históricas e Panorama atual*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 43-109

CUNHA, Luiz Antônio Cunha. *O Ensino Indústria-Manufatureiro no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. Nº 14, São Paulo, 2000. p.89-193. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a06.pdf>.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GOMES, Heloisa Maria; MARINS, Ogihara Hiloko. *A ação docente na educação profissional*. 2 ed. São Paulo: SENAC, 2012.

MANFREDI, S. M. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2002, 317 p.

MOREIRA, P. R. *A organização da educação profissional e a questão do dualismo escolar*. In: *Trabalho & Educação/Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, 183-195, jan-abr, 2013.

PACHECO, E.; REZENDE, C. *Institutos Federais: um futuro por armar*. In: SILVA, Caetana Jurazy Rezende (Org.). *Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões*. Natal: IFRN, 2009. 70 p.

PEREIRA, L. A. C. *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. 2008. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos\\_ifet\\_jornal.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2017.

RODRIGUES, Neidson. *Educação: da formação humana à construção do sujeito ético*. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 22, n. 76, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n76/a13v2276.pdf>.

SAVIANNI, Demerval. *Trabalho e Educação: Fundamentos ontológicos e históricos*. São Paulo. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SILVA, Wander Augusto. *Fatores de Permanência e Evasão no Programa de Educação 7 - Profissional de Minas Gerais (PEP/MG): 2007 a 2010*. (Tese de doutorado) Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. [p.71 – 80]

SOUZA, M. Z. M. de. *Educar, Trabalhar, Civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894): caminhos possíveis*. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescentes 22, 47, 89, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 146, 147, 258, 284, 293, 296

Agricultura convencional 149, 152

Agricultura natural 239, 242, 243, 248, 250

Agroecologia 149, 150, 152, 154, 156, 250, 283

Aprendizagem significativa 183, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 228, 296

Assentamento 149, 150, 153, 154, 155, 156

### C

Chikungunya 179, 180, 182

Conscientização ambiental 239

Coronavírus 195, 196, 197, 204, 205, 210

Cotas 251, 254, 257

Covid-19 195, 196, 204, 205, 209

Crianças 22, 25, 26, 35, 36, 41, 45, 47, 89, 92, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 123, 181, 184, 186, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 247, 248, 293, 296

Cuidado de si 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Cultura 2, 3, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 20, 24, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 48, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 81, 104, 129, 134, 135, 147, 191, 199, 200, 201, 202, 204, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 236, 250, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 288, 298

Currículo 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 51, 63, 64, 69, 87, 91, 92, 98, 117, 203, 204, 205, 207, 210, 212, 218, 219, 220, 224, 225, 265

### D

Dengue 179, 180, 181, 182

Desempenho em matemática 88, 96, 97

Direitos humanos 10, 11, 12, 13, 15, 19, 20, 25, 48, 83, 262

Diversidade 4, 10, 15, 16, 18, 33, 34, 35, 38, 40, 42, 44, 53, 54, 57, 59, 63, 64, 69, 102, 113, 202, 222, 257, 271, 281

Dualismo escolar 120, 133

## E

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 265, 266, 267, 284, 285, 286, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298

Educação ambiental 117, 119, 238, 239, 240, 241, 247, 248, 249, 250

Educação básica 32, 71, 75, 89, 90, 100, 157, 158, 159, 160, 165, 167, 168, 183, 203, 212, 255, 256, 261, 266, 298

Educação de jovens e adultos 132, 259, 260, 261, 266, 267, 284, 285, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Educação em direitos humanos 10

Educação em saúde 179, 182

Educação infantil 31, 66, 72, 110, 181, 203, 204, 207, 209, 226, 227, 228, 235, 237, 246, 247, 293

Educação política 1, 6, 7, 8, 9

Educação profissional 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 251, 254, 255, 257, 258, 261, 266

Ensino médio integrado 126, 251, 253, 257

Ensino profissionalizante 78, 82, 123, 126, 254

Escola 2, 5, 6, 7, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 124, 125, 129, 130, 150, 154, 158, 160, 163, 168, 172, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 202, 203, 204, 205, 207, 210, 211, 213, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 251, 252, 254, 255, 256, 260, 262, 266, 284, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Escola pública 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 61, 110, 112, 113, 114, 116, 125, 130, 158, 163, 168, 181, 193, 223, 296

Escolarização 25, 33, 34, 37, 91, 92, 195, 196, 197, 204, 205, 207, 208, 209, 220,



251, 256, 259, 262, 263, 288, 289

Escolas técnicas 78, 124, 125, 126

Evasão escolar 73, 78, 79, 83, 84, 85, 86, 183, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 218, 221, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258

## **F**

Formação 2, 3, 4, 5, 6, 13, 19, 22, 24, 25, 27, 31, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 79, 80, 81, 86, 92, 102, 103, 105, 110, 111, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 138, 143, 144, 145, 147, 149, 153, 155, 159, 166, 172, 181, 189, 190, 191, 211, 212, 213, 216, 218, 219, 221, 223, 230, 240, 249, 255, 256, 259, 260, 261, 266, 267, 273, 279, 284, 285, 286, 287, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 298

Formação escolar 284, 285, 286, 289, 291, 292, 293, 294, 296

Formação humana 5, 22, 46, 52, 120, 121, 127, 133

Formação humanística 39

Formação profissional 42, 47, 120, 124, 255, 259, 266, 287

## **G**

Gestão democrática 66, 67, 75, 296

Gíria 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

## **H**

Histórias de vida 285, 286, 287, 288, 292, 294, 296

## **I**

Identidade 14, 34, 52, 63, 67, 70, 84, 134, 135, 139, 144, 145, 146, 147, 201, 214, 218, 268, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 286, 287, 288, 290, 292

Inclusão social 39, 42, 43, 48

Infância 22, 47, 107, 109, 112, 115, 116, 117, 136, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 209, 210, 285, 289, 295

## **J**

Juventude 267, 268, 280, 281, 290, 292, 296

## **L**

Linguagem 7, 13, 16, 29, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 230, 270, 272, 273

Literatura 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 29, 78, 219, 251, 253, 254, 255, 269,

276

## **M**

Mundo do trabalho 23, 24, 26, 54, 259, 260, 262

## **N**

Natureza 8, 13, 54, 62, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 126, 129, 149, 150, 152, 176, 238, 239, 240, 241, 242, 249, 256, 259, 279, 280, 287

Nível de proficiência 88, 90

Novo campo escolar 195, 196, 197, 203, 205, 207, 208

## **P**

Parrhesía 170, 171, 176, 177, 178

Participação coletiva 66

Pedagogia de projetos 226

Políticas educacionais 1, 2, 23, 27, 29, 30, 70, 89, 92, 159, 166, 211, 213, 214, 215, 220, 222, 223

Políticas públicas 7, 26, 27, 56, 59, 78, 88, 89, 90, 99, 100, 109, 131, 186, 209, 211, 257, 259, 261

Prática pedagógica 32, 44, 69, 75, 89, 92, 177, 226

Preservação ambiental 116, 239

Privados de liberdade 134, 136, 138, 140, 142, 145, 147

PROEB 88, 89, 90, 91, 93, 98, 99, 100

Professor 14, 15, 19, 25, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 64, 67, 73, 76, 77, 78, 83, 85, 86, 90, 93, 98, 111, 112, 114, 115, 118, 137, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 177, 178, 183, 189, 194, 206, 211, 213, 216, 218, 219, 222, 223, 224, 228, 229, 265, 266, 272, 294, 295, 298

Projeto político pedagógico 66, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 189, 190, 228, 295

Projeto recepção cidadã 102, 105

## **Q**

Qualificação 41, 48, 79, 81, 82, 83, 86, 159, 160, 211, 212, 213, 223, 260, 266

## **R**

Recurso linguístico 134, 139

## **S**

Salário 82, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168

Saúde na escola 179, 180, 181, 182

SIMAVE 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100

Sócrates 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178

## **T**

Teoria crítica 1, 3

Trabalho 3, 8, 10, 12, 23, 24, 26, 28, 30, 40, 41, 43, 44, 45, 54, 58, 64, 66, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 90, 92, 93, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 113, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 149, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 165, 166, 171, 207, 211, 213, 214, 221, 223, 226, 227, 228, 229, 234, 235, 236, 240, 241, 247, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 267, 284, 287, 288, 289, 290, 291, 294, 295, 296

## **Z**

Zika 179, 180

# **A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# **A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 